



PROJETO DE LEI Nº , DE 2016 (Do Deputado Alberto Fraga)

Altera a lei nº 7210/84, dispondo sobre a possibilidade de parceria público privada para a consecução de atividades e serviços de estabelecimentos penais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera a lei 7210/84, dispondo sobre a possibilidade de parceria público privada para a consecução de atividades e serviços de estabelecimentos penais.

Art. 2º A lei 7210/84 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 77-A As atividades relativas à assistência de trata o art. 11 desta lei, bem como a segurança nos estabelecimentos penais e os serviços de pessoal penitenciário e administrativo, inclusive para os estabelecimentos destinados a menores, poderão ser executadas por meio de parceria público-privada.”(N.R.)

“Art. 86-A O juiz da execução poderá determinar o cumprimento da pena em estabelecimento privado, em substituição aos previstos nos Capítulos II à VII deste Título, mediante prévia celebração de parceria público-privada realizada pelo Ente Federal ou local, sem prejuízo das demais previsões constantes desta lei.”(N.R.)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição se divide basicamente em duas novas previsões legais: um dispositivo permite a possibilidade de parceria público-privada para a realização de serviços nos estabelecimentos penais públicos, e outro

dispositivo permite que o cumprimento da pena se dê em estabelecimento privado, conforme prévia celebração de parceria público-privada.

Os artigos 76 e 77 da lei preveem por diferenciação de função, a distinção entre pessoal penitenciário e pessoal administrativo:

“Art. 76. O Quadro do Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, **com especificação de atribuições relativas às funções de direção, chefia e assessoramento** do estabelecimento e às demais funções. (G.N.)

Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, **especializado, de instrução técnica e de vigilância** atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.” (G.N.)

Para ambas as atividades acima, a nova redação advinda do art. 77- A ora proposto, assim como os serviços de segurança e para as atividades de assistência previstas no art. 11, passam a ser permitidas sua consecução por meio de parcerias público-privada, mantendo-se porém o cumprimento da pena em estabelecimento penal público.

Com a redação proposta na forma de art. 86-A, esta previsão (execução de pena em estabelecimento público) também pode vir a ser dispensada, pois permite a execução em estabelecimentos privados.

As parcerias público-privada representam avanços para o Brasil a partir das experiências internacionais positivas.

A atual previsão da lei de execuções penais já permite execução indireta para certas atividades:

“Art. 83-A. Poderão ser objeto de **execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares** desenvolvidas em estabelecimentos penais, e notadamente: [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

I - serviços de **conservação, limpeza, informática, copeiragem, portaria, recepção, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos**; [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

II - serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso. [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

§ 1º A execução indireta será **realizada sob supervisão e fiscalização do poder público.** [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

§ 2º Os serviços relacionados neste artigo poderão compreender o fornecimento de materiais, equipamentos, máquinas e profissionais. [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)” (G.N.)

Fato é, que a previsão acima não basta para a melhoria da precária situação do sistema carcerário do Brasil, e que a realização das chamadas PPP são essenciais ao progresso desta relevante atividade pública, pois passa desde a efetiva punição no aspecto pedagógico, como pela ressocialização, os dois objetivos carecem essencialmente do reconhecimento por parte do poder público, de que continuar da atual forma é insistir no erro e na vitimização de milhões de pessoas direta e indiretamente.

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito pude acompanhar *in loco* a precária situação do sistema carcerário brasileiro, e ao final de todas as atividades, uma das conclusões constante do Relatório da CPI é justamente a realização de parcerias com o setor privado.

Conto com o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento e aprovação desta importante reforma legal.

Sala da Sessão, em de de 2016.

**ALBERTO FRAGA
DEPUTADO FEDERAL
DEM/DF**